



Concurso Público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

Prova Objetiva Seletiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida a utilização de nenhum material de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I****Direito Individual e Coletivo do Trabalho**

1. A prorrogação por 60 (sessenta) dias da duração da licença-maternidade, prevista no inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, é
- (A) possível para todas as empregadas de pessoas físicas ou jurídicas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, desde que a requeiram até o final do primeiro mês após o parto, pois depende de negociação entre as partes.
 - (B) devida para as empregadas das pessoas jurídicas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, desde que a requeiram até o final do primeiro mês após o parto.
 - (C) devida para as empregadas das pessoas jurídicas que aderirem ou não ao Programa Empresa Cidadã, desde que a requeiram até o final do primeiro mês após o parto.
 - (D) devida para todas as empregadas das pessoas jurídicas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, não havendo necessidade de requerimento pela empregada.
 - (E) possível para todas as empregadas de pessoas jurídicas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã, desde que a requeiram até o final do primeiro mês após o parto, pois depende de negociação entre as partes.
2. O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos termos da Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995,
- (A) determina a condenação do empregador ao pagamento de indenização que será arbitrada pelo juiz, além de estabilidade no emprego por dois anos.
 - (B) faculta ao empregador optar entre a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante o pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais; ou, a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente, acrescida dos juros legais.
 - (C) faculta ao empregado optar entre a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante o pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais e garantia à estabilidade de um ano; ou, a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente, acrescida dos juros legais.
 - (D) faculta ao empregado optar entre a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante o pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais; ou, a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.
 - (E) faculta ao empregador optar entre a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento e garantia à estabilidade de um ano, mediante o pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais; ou, a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente, acrescida dos juros legais.
3. O contrato de experiência
- (A) pode ser anotado na CTPS do empregado e deve ser no máximo de 90 (noventa) dias, com direito a uma única prorrogação de 45 dias.
 - (B) não precisa ser anotado na CTPS do empregado e deve ser no máximo de 3 (três) meses, com direito a uma única prorrogação.
 - (C) deve ser anotado na CTPS do empregado e não poderá ser estipulado por mais de 3 (três) meses, com direito a duas prorrogações iguais.
 - (D) deve ser anotado na CTPS do empregado e não poderá ser estipulado por mais de 90 (noventa) dias, com direito a uma única prorrogação.
 - (E) deve ser anotado na CTPS do empregado e não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, sem direito à prorrogação.
4. Quanto à proteção do trabalho da mulher, é correto afirmar:
- (A) A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.
 - (B) O trabalho noturno das mulheres terá salário superior ao diurno, com acréscimo do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo para cada hora de trabalho, que terá 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.
 - (C) Entre duas jornadas de trabalho, será concedido à empregada um intervalo de 12 (doze) horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso.
 - (D) Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento semanal para as empregadas mulheres a fim de favorecer o repouso dominical.
 - (E) Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório conceder à empregada um descanso de 10 (dez) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho.
5. Considera-se serviço voluntário, nos termos da Lei nº 9.608/98, a atividade não remunerada prestada por pessoa física
- (A) à entidade pública de qualquer natureza ou privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, independentemente da celebração de termo de adesão entre a entidade e o prestador de serviços.
 - (B) ou jurídica à entidade pública ou privada de qualquer natureza, mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade e o prestador de serviços.
 - (C) à entidade pública ou privada de qualquer natureza, mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade e o prestador de serviços.
 - (D) à entidade pública de qualquer natureza ou privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade e o prestador de serviços.
 - (E) a entidades públicas ou privadas de fins não lucrativos, que tenham objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade, mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade e o prestador de serviços.



6. Quanto à equiparação salarial prevista no art. 461 da CLT, se estiverem presentes os demais requisitos previstos na legislação trabalhista, é devido o pagamento do mesmo salário ao empregado equiparando que
- passa a ocupar, em definitivo, o cargo vago, que anteriormente foi ocupado pelo paradigma, seu antecessor.
 - exerce atividades semelhantes às do paradigma.
 - exerce atividades equivalentes às do paradigma.
 - trabalha em município distinto que, comprovadamente, pertence à mesma região metropolitana do município no qual trabalha o paradigma.
 - trabalha para empregador que possui quadro de pessoal organizado em carreira, devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho.
-
7. São regras aplicáveis à categoria dos trabalhadores domésticos, dentre outras, idade mínima de
- 14 anos e garantia à irredutibilidade de salário, vale-transporte e adicional de remuneração para atividades insalubres ou perigosas.
 - 18 anos e garantia à percepção de salário mínimo, FGTS, duração de trabalho não superior a oito horas diárias e repouso semanal remunerado.
 - 18 anos e garantia à percepção de salário mínimo, irredutibilidade de salário, repouso semanal remunerado e gozo de férias anuais.
 - 16 anos e garantia à percepção de salário mínimo, FGTS, irredutibilidade de salário, participação nos lucros ou resultados e salário-família.
 - 16 anos e garantia à percepção de salário mínimo, irredutibilidade de salário, repouso semanal remunerado e gozo de férias anuais.
-
8. Conforme o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho,
- a verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, prejudica o pedido de adicional de insalubridade.
 - o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.
 - a eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo não exclui a percepção do respectivo adicional.
 - o fornecimento do aparelho de proteção, por si só, exime o empregador do pagamento do adicional de insalubridade. No entanto, é obrigação do empregador tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.
 - a reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.
-
9. Quanto ao custeio das entidades sindicais, por meio da arrecadação da contribuição sindical, o sistema dispõe os seguintes valores para os trabalhadores:
- 5% (cinco por cento) para a para a Central Sindical; 10% (dez por cento) para a Confederação correspondente; 15% (quinze por cento) para a Federação e 70% (setenta por cento) para o Sindicato respectivo.
 - 5% (cinco por cento) para a Confederação correspondente; 15% (quinze por cento) para a Federação; 60% (sessenta por cento) para o Sindicato respectivo e 20% (vinte por cento) para a Conta Especial Emprego e Salário.
 - 5% (cinco por cento) para a Confederação correspondente; 10% (dez por cento) para a Central Sindical; 15% (quinze por cento) para a Federação; 60% (sessenta por cento) para o Sindicato respectivo e 10% (dez por cento) para a Conta Especial Emprego e Salário.
 - 5% (cinco por cento) para a Confederação correspondente; 20% (vinte por cento) para a Federação; 60% (sessenta por cento) para o Sindicato respectivo e 15% (quinze por cento) para a Conta Especial Emprego e Salário.
 - 5% (cinco por cento) para a para a Central Sindical; 10% (dez por cento) para a Confederação correspondente; 15% (quinze por cento) para a Federação; 60% (sessenta por cento) para o Sindicato respectivo e 10% (dez por cento) para a Conta Especial Emprego e Salário.
-
10. Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição
- durante a semana, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
 - em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
 - em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de oito horas diárias.
 - em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de dois anos, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.
 - durante a semana, de maneira que não exceda, no período máximo de dois anos, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de oito horas diárias.
-
11. Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho a parte
- incontroversa dessas verbas, sob pena de pagar multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário.
 - controversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cem por cento.
 - controversa dessas verbas, sob pena de, quanto a essa parte, pagá-las acrescidas de cinquenta por cento.
 - incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las em dobro.
 - incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento.



12. NÃO está previsto na Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho:
- (A) As organizações de trabalhadores e de entidades patronais têm o direito de constituírem federações e confederações, assim como o de nelas se filiarem; e as organizações, federações ou confederações têm o direito de se filiarem em organizações internacionais de trabalhadores e de entidades patronais.
 - (B) As organizações de trabalhadores e de entidades patronais têm o direito de elaborar os seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente os seus representantes, organizar a sua gestão e a sua atividade e formular o seu programa de ação.
 - (C) As organizações de trabalhadores e de entidades patronais estão sujeitas à dissolução ou à suspensão por via administrativa.
 - (D) Os trabalhadores e as entidades patronais, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituírem organizações da sua escolha, assim como o de se filiarem nessas organizações, com a única condição de se conformarem com os estatutos destas últimas.
 - (E) No exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pela presente Convenção, os trabalhadores, entidades patronais e respectivas organizações são obrigados, à semelhança das outras pessoas ou coletividades organizadas, a respeitar a legalidade. A legislação nacional não deverá prejudicar – nem ser aplicada de modo a prejudicar – as garantias previstas pela presente Convenção.
13. Os empregados que forem admitidos após o mês destinado ao desconto da contribuição sindical
- (A) serão descontados no primeiro mês subsequente ao do início do trabalho, o valor proporcional aos meses trabalhados.
 - (B) não serão descontados.
 - (C) serão descontados no primeiro mês subsequente ao do início da prestação de serviços, desde que não tenham trabalhado anteriormente nem apresentado a respectiva quitação.
 - (D) serão descontados no primeiro no primeiro mês subsequente ao do início da prestação de serviços, com acréscimo de multa de 50% (cinquenta por cento).
 - (E) serão descontados no final do primeiro ano de trabalho, com acréscimo de multa de 10% (dez por cento), adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.
14. Segundo a jurisprudência firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho, as condições de trabalho adquiridas por força de sentença normativa, convenção ou acordos coletivos
- (A) não integram de forma definitiva os contratos individuais de trabalho.
 - (B) integram de forma definitiva os contratos individuais de trabalho.
 - (C) integram de forma provisória os contratos individuais de trabalho, perdendo sua eficácia após um ano a contar do término do prazo de vigência da norma coletiva.
 - (D) integram de forma provisória os contratos individuais de trabalho, perdendo sua eficácia após dois anos a contar do término do prazo de vigência da norma coletiva.
 - (E) integram de forma provisória os contratos individuais de trabalho, perdendo sua eficácia após cinco anos a contar do término do prazo de vigência da norma coletiva.
15. Considerando o entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho é INCORRETO afirmar que
- (A) a ata da assembleia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses deve registrar, obrigatoriamente, a pauta reivindicatória, produto da vontade expressa da categoria.
 - (B) a legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.
 - (C) as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito são compatíveis com a natureza e finalidade do dissídio coletivo.
 - (D) é inviável aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento previsto no art. 868 e seguintes, da CLT.
 - (E) o dissídio coletivo não é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois esta matéria – enquadramento sindical – envolve a interpretação de norma genérica, notadamente do art. 577 da CLT.
- Direito Administrativo**
16. Determinada autarquia foi condenada em processo judicial movido por empresa contratada para execução de obra. Em face do não pagamento espontâneo no curso da execução do processo, esta autarquia
- (A) não poderá ter suas receitas e patrimônio penhorados, sujeitando-se ao regime de execução próprio da Fazenda Pública.
 - (B) poderá ter seus bens e rendimentos penhorados.
 - (C) poderá ter sua receita penhorada, porém não os bens imóveis afetados ao serviço público.
 - (D) poderá ter sua receita penhorada, apenas em montante que não afete a prestação do serviço público a cargo da entidade.
 - (E) não poderá ter seu patrimônio penhorado, exceto os rendimentos auferidos com atividade financeira.
17. A respeito do conceito de serviço público, é correto afirmar:
- (A) São atividades erigidas a essa categoria por lei (elemento formal), em face da sua natureza de interesse público (elemento material), de titularidade do Estado (elemento subjetivo), prestadas diretamente por este ou por meio de concessão ou permissão.
 - (B) Constitui atividade de titularidade do Estado (elemento subjetivo), que está obrigado a prestá-la diretamente (elemento formal) e que tem por objeto a satisfação de necessidades coletivas (elemento material).
 - (C) Alcança todas as atividades desempenhadas pelo Estado (elemento subjetivo), caracterizadas como de interesse coletivo (elemento material), podendo sujeitar-se ao regime publicístico ou privado, conforme a sua natureza (elemento formal).
 - (D) Alcança apenas as atividades de natureza essencial (elemento material) prestadas diretamente pelo Estado (elemento subjetivo), sob regime jurídico próprio, dotado de coercibilidade e autoexecutoriedade (elemento formal).
 - (E) Constitui atividade de titularidade do Estado (elemento subjetivo), de interesse coletivo e fruível pelos administrados (elemento material) ou de titularidade do particular, que pode prestá-la sob o regime privado de concessão (elemento formal).



18. A propósito do desfazimento dos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) somente podem ser anulados ou revogados administrativamente, vedado ao Judiciário o exame dos seus pressupostos.
 - (B) somente autoridade superior àquela que praticou o ato poderá revogá-lo, por razões de conveniência e oportunidade.
 - (C) somente os atos vinculados são passíveis de anulação por vício de legalidade.
 - (D) podem ser anulados, pela autoridade superior àquela que praticou o ato, no uso do poder hierárquico, independentemente da existência de vício de legalidade.
 - (E) tanto os atos vinculados como os discricionários podem ser anulados judicialmente, por vício de legalidade.
19. Dirigentes de uma sociedade de economia mista celebraram contrato administrativo, sem o necessário procedimento licitatório prévio, o qual restou julgado irregular pelo Tribunal de Contas. Ficou comprovado, contudo, que os serviços foram contratados a preço de mercado e prestados de forma adequada. Diante dessa situação, os dirigentes
- (A) somente estarão sujeitos à lei de improbidade administrativa na hipótese de se tratar de empresa em que a União participe com mais de 50% do capital social.
 - (B) não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, em face do regime de direito privado a que se submete a entidade.
 - (C) não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, em face da inexistência de prejuízo ao erário.
 - (D) somente estarão sujeitos à lei de improbidade administrativa, se caracterizada conduta culposa.
 - (E) estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, na hipótese de caracterização de ação ou omissão que atente contra os princípios da Administração Pública.
20. A Lei Federal nº 8.112/90 e suas alterações, que disciplina o regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações federais, ao dispor sobre o provimento de cargos públicos, estabelece
- (A) a possibilidade de provimento de cargos em comissão independentemente de prévio concurso público, reservado o percentual de 20% (vinte por cento) de funções dessa natureza para integrantes da carreira.
 - (B) requisitos básicos para a investidura, entre os quais a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, aptidão física e mental e idade mínima de 21 anos.
 - (C) a obrigatoriedade de reserva de até 20% das vagas oferecidas em concurso para portadores de deficiência, verificada a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.
 - (D) as formas derivadas de provimento: promoção, reversão, readaptação, reintegração e transposição.
 - (E) obrigatoriedade de prévio concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos efetivos de nível superior.
21. O poder de polícia é caracterizado como a atividade estatal que limita o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público e
- (A) compreende atos administrativos de conteúdo constitutivo, como licenças e autorizações, e de conteúdo repressivo, como interdição e multa, exigindo-se previsão legal apenas para estes últimos.
 - (B) se manifesta somente por atos do poder legislativo, concretizados na forma de limitações administrativas estabelecidas em lei.
 - (C) é materializado por atos administrativos do Poder Executivo, que atua tanto preventiva como repressivamente, nos limites da lei aplicável.
 - (D) divide-se entre polícia administrativa e judiciária, cabendo a primeira ao Poder Executivo, no âmbito da discricionariedade administrativa, e a segunda ao Poder Judiciário.
 - (E) manifesta-se por atos materiais do Poder Executivo, dotados de coercibilidade e autoexecutoriedade, sem margem para discricionariedade administrativa.
22. De acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a greve dos servidores públicos civis é
- (A) assegurada constitucionalmente, restando configurada a mora legislativa na edição da legislação regulamentadora, assim declarada em mandado de injunção.
 - (B) inconstitucional, em face do regime jurídico a estes aplicável e, notadamente, em razão do princípio da continuidade do serviço público.
 - (C) vedada, tendo em vista que a Constituição apenas a assegura, de maneira irrestrita, aos empregados da iniciativa privada.
 - (D) assegurada constitucionalmente, como direito fundamental, porém vedada em face da ausência de lei específica.
 - (E) assegurada apenas aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e que não prestem atividade de natureza essencial.
23. Constituem condições para caracterização da responsabilidade extracontratual objetiva do Estado, a ocorrência de dano a terceiro causado por
- (A) conduta comissiva ou omissiva de agente público, excluídos os agentes administrativos prestadores de serviço público *stricto sensu*.
 - (B) agente público, atuando nessa qualidade, incluindo as permissionárias e concessionárias de serviço público.
 - (C) ação ou omissão de agente público, incluindo agentes administrativos vinculados a entidades da Administração indireta exploradoras de atividade econômica.
 - (D) entidade prestadora de serviço público, excluídas as permissionárias e concessionárias de direito privado.
 - (E) conduta comissiva de agente público, excluídos os agentes políticos que atuem em entidades submetidas ao regime de direito público.



<p>24. A respeito dos princípios que regem a Administração Pública, é correto afirmar:</p> <p>(A) O princípio da moralidade é subsidiário ao princípio da legalidade, de forma que uma vez atendido este último considera-se atendido também o primeiro.</p> <p>(B) O princípio da indisponibilidade do interesse público contempla o poder-dever da Administração, que veda a renúncia de poderes ou competências estabelecidas em lei.</p> <p>(C) O princípio da eficiência caracteriza-se como um mitigador do princípio da legalidade, notadamente para as entidades da Administração indireta que atuam no domínio econômico.</p> <p>(D) Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade impõem à Administração a adequação entre meios e fins, vedando a aplicação de restrições e sanções de caráter individual.</p> <p>(E) O princípio da legalidade determina que todos os atos praticados pela Administração devem contar com autorização legal específica.</p>	<p>28. No crime de apropriação indébita previdenciária, há extinção da punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento de contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento,</p> <p>(A) antes do julgamento da ação penal.</p> <p>(B) até o trânsito em julgado da ação penal.</p> <p>(C) antes do início da ação fiscal.</p> <p>(D) antes do recebimento da denúncia.</p> <p>(E) até o final da ação fiscal.</p>
<p>25. A respeito dos poderes da Administração, é correto afirmar que o poder</p> <p>(A) hierárquico é o que submete os órgãos e agentes a uma relação de coordenação e subordinação e constitui o fundamento para a edição de normas de organização administrativa de efeitos internos e externos.</p> <p>(B) hierárquico é a relação de coordenação e subordinação que autoriza a avocação, pelo Chefe do Executivo, de competências de entidades da Administração descentralizada.</p> <p>(C) regulamentar é atribuído ao Chefe do Executivo para editar normas voltadas à fiel execução da lei.</p> <p>(D) normativo ou regulamentar não admite, no direito brasileiro, qualquer espécie de inovação na ordem jurídica, exceto para a criação e extinção de órgãos públicos.</p> <p>(E) disciplinar é aquele atribuído à Administração para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas ligadas à Administração por vínculo contratual.</p>	<p>29. Quanto aos crimes contra o patrimônio, é possível afirmar que</p> <p>(A) na extorsão o agente busca a obtenção de vantagem ilícita, ainda que não econômica.</p> <p>(B) a fraude, no furto qualificado, antecede o aposseamento da coisa e é a causa de sua entrega ao agente pela vítima.</p> <p>(C) a receptação qualificada exige que a coisa seja recebida pelo agente no exercício de atividade comercial ou industrial clandestinas.</p> <p>(D) o delito de dano culposo contra o patrimônio da União é de ação penal pública incondicionada.</p> <p>(E) é incabível o arrependimento posterior no crime de roubo.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>26. A reincidência</p> <p>(A) aumenta o prazo de prescrição da pretensão punitiva.</p> <p>(B) obsta a suspensão condicional do processo.</p> <p>(C) sempre impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.</p> <p>(D) incide na terceira fase do cálculo da pena.</p> <p>(E) impede a suspensão condicional da pena, ainda que decorra de crime culposos.</p>	<p>30. Aquele que, em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, insere declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita, comete o crime de</p> <p>(A) supressão de documento.</p> <p>(B) falsificação de documento particular.</p> <p>(C) frustração de direito assegurado por lei trabalhista.</p> <p>(D) falsificação de documento público.</p> <p>(E) uso de documento falso.</p>
<p>27. Em matéria de dolo e culpa, é correto afirmar que</p> <p>(A) é indispensável a previsibilidade do resultado pelo agente nos crimes culposos.</p> <p>(B) é prescindível o nexo causal entre a conduta e o resultado nos crimes culposos.</p> <p>(C) há culpa consciente quando o agente não prevê o resultado, embora este seja previsível.</p> <p>(D) excluem a culpabilidade, se ausentes.</p> <p>(E) o agente só responderá pelo resultado que agrava especialmente a pena quando o houver causado dolosamente.</p>	<p style="text-align: center;">BLOCO II</p> <p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>31. Relativamente à reforma e revisão da Constituição brasileira vigente é correto afirmar:</p> <p>(A) A revisão constitucional foi realizada após cinco anos da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta.</p> <p>(B) Podem ter tramitação iniciada na Câmara dos Deputados propostas de emenda à Constituição de iniciativa de mais da metade das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.</p> <p>(C) A Constituição pode ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.</p> <p>(D) A Constituição não pode ser emendada na vigência de intervenção federal ou de estado de sítio, mas o pode na vigência de estado de defesa.</p> <p>(E) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.</p>



32. Dentre as competências privativas do Presidente da República, NÃO pode ser delegada a atribuição de
- celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - dispor sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
 - dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
 - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
 - prover os cargos públicos federais, na forma da lei.
33. Considerada a Constituição e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o piso salarial, é correto afirmar que
- a existência de piso salarial nacional para determinada categoria não impede a fixação de piso salarial estadual para a mesma categoria, desde que maior.
 - é harmônica com a Constituição da República a lei estadual que, a pretexto de fixar piso salarial no respectivo âmbito geográfico, institui, por não levar em conta extensão e complexidade do trabalho, salário mínimo estadual.
 - não viola o poder normativo da Justiça do Trabalho lei estadual que não exclui dos seus efeitos a hipótese de piso salarial determinado em dissídio coletivo.
 - o piso possui natureza de liberdade pública.
 - não ofende o princípio da autonomia sindical a lei estadual que determina a participação do respectivo Governo estadual nas negociações entre as entidades sindicais de trabalhadores e empregadores para atualização dos pisos salariais que fixa.
34. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedece ao seguinte:
- a proibição constitucional de acumular cargos públicos não se estende a empregos e funções e, por isso, não abrange empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia.
 - é garantido o direito à livre associação sindical aos servidores públicos civis, exceto àqueles que não têm o direito de greve.
 - lei complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
35. Segundo entendimento admitido pelo Supremo Tribunal Federal, medida provisória não apreciada em até quarenta e cinco dias implica o sobrestamento das deliberações legislativas sobre certas matérias na Casa em que estiver tramitando, tais como:
- projeto de lei sobre direito processual civil.
 - proposta de emenda constitucional.
 - modificação da Lei Orgânica da Magistratura.
 - projeto de decreto legislativo ou de resolução.
 - projeto de lei sobre direito penitenciário.
36. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, EXCETO quando a decisão recorrida
- contrariar dispositivo da Constituição da República.
 - julgar não recepcionada lei anterior à Constituição da República.
 - declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
 - julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição da República.
 - julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
37. Relativamente ao Poder Judiciário, a Constituição prevê que
- a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, magistrados em plantão permanente.
 - é obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
 - na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de três quintos de seus membros, conforme procedimento próprio, assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
 - não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
 - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão pelo voto da maioria de três quintos do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
38. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar
- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho ou de tributação.
 - as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária.
 - as ações que envolvam exercício do direito de greve, inclusive dissídio coletivo de greve de policiais civis.
 - a execução, de ofício, da contribuição social do empregador incidente sobre a folha de salários e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
 - o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Congresso Nacional em matéria trabalhista.



<p>39. Compete privativamente à União legislar sobre</p> <ul style="list-style-type: none">(A) custas dos serviços forenses.(B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.(C) proteção e consumo.(D) juntas comerciais.(E) organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.	<p>43. José X e Maria X possuindo vários imóveis residenciais e comerciais e residindo no imóvel de maior valor, pretendem isentá-lo de penhora, bem como garantir que os filhos possam mantê-lo, enquanto menores. Neste caso</p> <ul style="list-style-type: none">(A) deverão doar aos filhos o imóvel de maior valor, com cláusula de inalienabilidade, que compreende as de impenhorabilidade e incomunicabilidade e destinar valores mobiliários, suficientes para a manutenção do imóvel e sustento da família sobre os quais, entretanto, não poderão incidir essas cláusulas porque são considerados bens móveis.(B) poderão apenas instituí-lo como bem de família, bem como doar aos filhos o usufruto dos demais bens imóveis com cláusula de impenhorabilidade, para conservação daquele e sustento da família, desde que a totalidade desses bens não ultrapasse dois terços do patrimônio líquido dos instituidores, no momento da instituição.(C) poderão, apenas por testamento, instituí-lo como bem de família e gravar com cláusula de impenhorabilidade bens suficientes para sua conservação e sustento da família, desde que esses bens não ultrapassem cinquenta por cento (50%) do patrimônio líquido na data do óbito.(D) poderão mediante escritura pública instituí-lo, e incluir valores mobiliários, cuja renda será aplicada na sua conservação e no sustento da família, como bem de família, desde que esses bens não ultrapassem um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.(E) nada poderão fazer para isentá-lo de penhora, pois só é considerado bem de família o imóvel residencial de menor valor, salvo, por testamento, impor ao imóvel de maior valor e aos rendimentos de outros bens a cláusula de impenhorabilidade.
<p>40. Relativamente à disciplina constitucional da ordem econômica brasileira, é INCORRETO afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.(B) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.(C) a lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.(D) depende de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.(E) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.	
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>41. NÃO correm prazos decadenciais e prescricionais</p> <ul style="list-style-type: none">(A) contra os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.(B) entre cônjuges na constância da sociedade conjugal.(C) contra os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.(D) contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.(E) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal antes da respectiva sentença definitiva.	<p>44. Pode-se requerer a sucessão definitiva do ausente</p> <ul style="list-style-type: none">(A) cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, ou se o ausente, já contando oitenta anos de idade, dele não houver notícia também nos últimos cinco anos.(B) somente nos casos em que a lei admite a morte presumida, porque a pessoa se encontrava, ao desaparecer, em perigo de vida.(C) somente depois de o ausente completar oitenta anos de idade e que de cinco anos antes datem as últimas notícias dele.(D) decorrido um ano da arrecadação de seus bens ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos.(E) dez anos depois de passada em julgado a sentença que conceder a abertura da sucessão provisória.
<p>42. O princípio da irretroatividade das leis, nos limites adotados na legislação brasileira,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) não se aplica ao Direito do Trabalho, sempre que a lei nova conferir vantagens aos empregados.(B) admite que a lei nova atinja as partes posteriores dos fatos pendentes, como se dá em alguns casos de relações jurídicas continuativas.(C) impede a vigência de qualquer lei retroativa.(D) é incompatível com o efeito imediato da lei, mesmo que não venha a ferir o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.(E) não será observado em nenhuma hipótese, quando a matéria se inserir no âmbito do direito público ou o direito controvertido estiver sob a égide de norma de ordem pública.	<p>45. Para configurar-se o vício da lesão é necessário que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) a pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obrigue a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.(B) nos contratos bilaterais apenas ocorra grande desproporção entre os valores das prestações opostas, ainda que nela as partes tenham consentido livremente, porque a lei veda o enriquecimento sem causa.(C) nos contratos de execução continuada ou diferida uma das prestações venha a se mostrar manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, em razão de fato imprevisível.(D) a pessoa, premida da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assuma obrigação excessivamente onerosa.(E) a manifestação de vontade tenha sido obtida em razão de temor de dano iminente e considerável a seu patrimônio, à sua pessoa ou a pessoa de sua família.



46. A respeito do contrato de prestação de serviço, considere as seguintes afirmações:

- I. A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de quatro anos.
- II. Não se tendo estipulado, nem chegado a acordo as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição.
- III. Quando qualquer das partes não souber ler nem escrever, o instrumento de contrato poderá ser firmado por instrumento público ou por instrumento particular assinado a rogo por outrem, na presença de, pelo menos, três testemunhas que o subscreverão.
- IV. Aquele que aliciar pessoas obrigadas em contrato escrito a prestar serviço a outrem pagará a este a importância que ao prestador de serviço, pelo ajuste desfeito, houvesse de caber durante dois anos.
- V. Não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, as partes não poderão resolvê-lo antes de um mês.

Estão corretas as afirmações

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) II, IV e V.

47. O devedor que paga tem direito a quitação regular, a qual

- (A) será necessariamente verbal, se o contrato não tiver sido celebrado por instrumento escrito.
- (B) não poderá ser dada por instrumento particular, se a dívida originar-se de contrato celebrado por instrumento público ou se for garantida por hipoteca.
- (C) sempre poderá ser dada por instrumento particular, mesmo que o contrato respectivo tenha sido celebrado por instrumento público e a dívida esteja garantida por hipoteca.
- (D) será dada necessariamente por instrumento público, se se tratar de dívida garantida por hipoteca, ainda que o contrato respectivo tenha sido celebrado por instrumento particular.
- (E) será dada, necessariamente, por instrumento particular se o contrato também tiver sido celebrado por instrumento particular e, necessariamente, por instrumento público, se o contrato também tiver sido celebrado por instrumento público.

48. O devedor incorre em mora,

- (A) não havendo termo, depois de interpelado judicial ou extrajudicialmente.
- (B) somente se não efetuar o pagamento no prazo convencionado.
- (C) desde a citação, em se tratando de obrigação proveniente de ato ilícito.
- (D) nas obrigações negativas, apenas depois de interpelado judicialmente para abster-se do ato que não devia praticar.
- (E) independentemente de fato ou omissão que lhe sejam imputáveis, desde que verificado o descumprimento da obrigação.

49. Envolvendo-se o empregado em acidente de veículo, no qual ficou comprovada sua culpa, a responsabilidade do patrão é

- (A) conjunta, ainda que não haja culpa de sua parte na escolha ou na vigilância de seu empregado.
- (B) excluída, se, no contrato de trabalho, o empregado houver se responsabilizado pelos danos que ocasionar a terceiros.
- (C) conjunta, dividindo-se a responsabilidade pelo valor da indenização em parte iguais.
- (D) solidária, podendo, porém, escusar-se, provando que não teve culpa no evento porque bem selecionado o empregado entre os postulantes ao emprego e que o vigiou adequadamente.
- (E) solidária, não podendo escusar-se sob o fundamento de que inexistente culpa de sua parte na escolha ou na vigilância de seu empregado.

50. Celebrado contrato de locação entre empregado e empregador, nas posições, respectivamente, de locatário e locador, mediante instrumento escrito, e pelo prazo de vinte e quatro meses, findo esse prazo, o imóvel poderá ser retomado

- (A) provando-se a rescisão do contrato de trabalho e somente depois do trânsito em julgado de sentença proferida pela Justiça do Trabalho reconhecendo a quitação de todas as verbas devidas ao empregado.
- (B) em decorrência de extinção do contrato de trabalho, independentemente de a ocupação do imóvel estar relacionada com o emprego do locatário, podendo ser concedida liminar para desocupação em quinze dias, desde que provada a rescisão do contrato de trabalho por escrito.
- (C) somente depois de cumpridos cinco anos da celebração do contrato, porque a denúncia vazia nas locações residenciais só é admissível, findo o prazo contratual, se esse tiver sido igual ou superior a trinta meses.
- (D) em decorrência de extinção do contrato de trabalho, se a ocupação do imóvel estiver relacionada com o emprego do locatário, podendo ser concedida liminar para desocupação em quinze dias, havendo prova da rescisão do contrato de trabalho, ou sendo ela demonstrada em audiência prévia.
- (E) mediante notificação premonitória, com prazo de trinta dias para desocupação, não sendo, porém, admissível decisão liminar de despejo.

Direito da Criança e do Adolescente

51. A respeito do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- (A) São conceitos-chave desta Lei, para a efetivação da proteção e desenvolvimento das crianças e adolescentes a proteção integral, a absoluta prioridade, o poder familiar, a guarda compartilhada e os direitos fundamentais da pessoa humana.
- (B) O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente é norteador de todas as medidas fixadas na Lei em comento dele decorrendo a colocação do menor em lar substituto, como medida prioritária, em caso de violação, pela família natural dos seus deveres básicos.
- (C) Trata-se de Lei que tem por objetivo a efetivação do comando constitucional de proteção integral da pessoa, do nascimento à data de sua maioridade civil.
- (D) Tem caráter transversal por abranger em suas disposições normas de natureza civil, penal, administrativa, trabalhista, internacional, processual, previdenciária e tributária.
- (E) Visa a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e a prevenção de ameaças ou violações desses direitos, basicamente por intermédio da disposição de medidas socioeducativas.



52. Quanto à idade e considerando a legislação e jurisprudência sedimentada, é possível afirmar:
- Tendo em vista a redação do artigo 60 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, nos seguintes termos: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”, a expressão “salvo na condição de aprendiz” significa que menor de quatorze anos pode firmar contrato de aprendizagem.
 - Considerando-se todos os tipos de contratação previstos em lei é possível admitir trabalho do menor entre 12 e 18 anos.
 - Para a finalidade de internação institucional, como medida socioeducativa, é legal a permanência do interno após atingir a maioridade civil.
 - A Lei autoriza o trabalho de adolescente de 14 anos através de um único contrato de aprendizagem, desde que inscrito em programa de aprendizagem e desenvolva tarefas necessárias a tal formação, até completar 24 anos.
 - Entre 16 e 18 anos o adolescente poderá ser contratado em regime de estágio, de aprendizagem e trabalhista, desde que observados os limites legais para cada uma dessas espécies de trabalho, que são diferentes entre si.
 - Não corre prescrição contra o menor de 18 anos, não sendo válida a quitação por ele outorgada, sem assistência de seus pais ou responsáveis quando do recebimento de verbas decorrentes da rescisão contratual, apesar de válida a quitação, sem assistência, relativa a recebimento de salários.
- Estão corretas as assertivas
- I, II e VI.
 - III, V e VI.
 - III, IV e V.
 - II, V e VI.
 - I, II e IV.
53. Com base na notícia veiculada em vários meios de comunicação, da contratação do menino argentino, Leonel Angel Coira, de sete anos, pelo clube espanhol de futebol Real Madrid, sem pagamento de salários, faça um paralelo em relação à legislação nacional, supondo que em igual situação se tratasse de atleta brasileiro, defendendo clube brasileiro e jogando no Brasil. Nesse caso,
- o contrato seria nulo porque firmado por pessoa com sete anos de idade, para qual é proibida qualquer forma de trabalho, sendo que a simples contratação de atleta para jogos, ainda que em categoria infantil, denota tal atividade.
 - o contrato seria possível porque o atleta deveria jogar futebol respeitada a sua faixa etária (categoria), com caráter de aprendizado, a título gratuito, e o direito ao esporte se encontra arrolado dentre os direitos fundamentais da criança, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
 - a contratação não seria possível porque firmada diretamente com o atleta, menor de idade, que é absolutamente incapaz de acordo com o artigo 3º do Código Civil, e não através de seus pais ou responsáveis, considerando-se que é livre a associação a clubes e outras entidades associativas lícitas, nos termos do inciso XVII do art. 5º da CF.
 - o contrato seria possível porque não se caracteriza trabalho, por parte do atleta, vez que não há o elemento de onerosidade.
 - o contrato seria nulo porque visa a obtenção de lucro, pelo clube, com os jogos, porque é proibido o trabalho para criança dessa idade, além de se tratar de gerenciamento de carreira de atleta menor de idade, vetada pela nova redação da Lei Pelé.
54. De acordo com a legislação expressamente aplicável, é correto afirmar:
- Em estágios obrigatórios são direitos do estagiário recesso de 30 dias, para estágios de duração igual ou superior a um ano, seguro contra acidentes pessoais, auxílio-transporte, aplicação de legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho e contrato com prazo máximo de dois anos.
 - A jornada de trabalho do estagiário varia de 20 a 40 horas semanais de acordo com o nível e tipo de curso realizado pelo estudante, devendo ser reduzida pelo menos à metade nos períodos de provas, sendo a carga horária de 6 horas diárias fixada, entre outros, para alunos do nível médio.
 - A Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) estabelece cotas para o número mínimo de estagiários em proporção com o número de empregados com a finalidade de estimular a formação profissional de jovens estudantes e seu ingresso no mercado de trabalho.
 - O estágio tem caráter de trabalho educativo dirigido a estudantes que estejam em ensino regular de curso superior, nos anos finais do ensino fundamental, de educação especial, cursos de educação profissional e de nível médio, brasileiros e estrangeiros.
 - Caso no contrato de estágio estejam presentes os requisitos da personalidade, onerosidade, subordinação e não eventualidade coexistindo com a finalidade de aperfeiçoamento e complementação da formação acadêmico-profissional, deve haver registro na CTPS do trabalhador.
55. Em relação ao Conselho Tutelar, é correto afirmar:
- A função de conselheiro gera presunção de idoneidade moral, se constitui em serviço público relevante de natureza não onerosa, garante o direito a prisão especial em caso de crime comum até o julgamento definitivo e não pode ser exercida, no mesmo Conselho, por ascendentes e descendentes.
 - É órgão de representação popular, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com função primordial de implementação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco.
 - A Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) conferiu aos Conselhos Tutelares, para a execução de suas próprias decisões, poder para requisitar serviços públicos nas áreas de educação, previdência, trabalho e segurança, dentre outras e para ajuizar representação perante o Poder Judiciário em face da autoridade que injustificadamente não cumprir as suas decisões.
 - Por se tratar de Conselho eleito pela comunidade, na forma estabelecida em legislação municipal, e por não ter atividade jurisdicional, qualquer pessoa pode requerer a revisão judicial de decisão por ele proferida.
 - O Conselho Tutelar, para a realização das medidas de proteção, no caso de prática de ato infracional, poderá requisitar tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar, providenciar o acolhimento institucional e providenciar o acolhimento em família substituta, dentre outras medidas.



Direito Processual do Trabalho

56. No que tange às custas no processo do trabalho, é correto afirmar:

- (A) No processo de execução as custas devidas são de responsabilidade do executado, devendo ser pagas ao final.
- (B) No caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, o valor das custas será fixado pelo juiz.
- (C) Nas ações plúrimas as custas devem ser calculadas individualmente, considerando o valor da condenação em relação a cada um dos reclamantes.
- (D) Não ocorre deserção de recurso de massa falida ou de empresa em liquidação extrajudicial por falta de pagamento de custas.
- (E) Tendo em vista que o ajuizamento de dissídio coletivo depende de comum acordo entre as partes, as custas incidentes na ação, que serão calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal, serão suportadas, em proporção igual, pelas mesmas.

57. Quanto à prova pericial no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:

- (A) Cada uma das partes poderá indicar um assistente técnico, cujo laudo terá que ser apresentado no mesmo prazo assinado para o perito, sob pena de ser desentranhado dos autos.
- (B) Não constitui cerceamento de defesa o indeferimento da perícia quando a prova do fato não depender do conhecimento especial e técnico, quando a mesma for desnecessária em vista de outras provas produzidas e quando a verificação for impraticável.
- (C) As perícias serão realizadas por perito único designado pelo juiz, que fixará prazo para a entrega do laudo, não estando o mesmo obrigado a prestar compromisso.
- (D) Tratando-se de ação trabalhista submetida ao procedimento sumaríssimo, a perícia somente será deferida quando for legalmente imposta.
- (E) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita.

58. Em relação aos prazos no processo do trabalho, considere as seguintes proposições:

- I. Os litisconsortes com procuradores distintos têm prazo em dobro para a prática dos atos processuais.
- II. O prazo para interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público é contado em dobro.
- III. Tendo sido a parte intimada ou notificada no sábado, o início do prazo dar-se-á no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.
- IV. Quando a notificação for recebida pelo correio, a contagem do prazo inicia-se 48 horas depois de sua postagem.
- V. Durante o período de recesso da Justiça do Trabalho os prazos permanecem suspensos.

Estão corretas as proposições

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e V.

59. Antecipação de tutela no processo do trabalho. Considerando o entendimento adotado pelo Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Nos Tribunais, compete ao Colegiado decidir sobre o pedido de antecipação de tutela.
- (B) Incabível a antecipação de tutela para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou de norma coletiva.
- (C) Não se admite tutela antecipada em sede de ação rescisória.
- (D) A antecipação de tutela concedida na sentença comporta impugnação pela via de mandado de segurança.
- (E) Incabível mandado de segurança para atacar decisão que concede tutela antecipada antes da sentença.

60. Em relação ao prazo decadencial para propositura de ação rescisória na Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho adota os seguintes entendimentos, EXCETO:

- (A) O prazo de decadência na ação rescisória é contado do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- (B) Prorroga-se até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando o mesmo expirar em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.
- (C) O juízo rescindente não está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do *dies a quo* do prazo decadencial.
- (D) A exceção de incompetência oposta no prazo recursal, mesmo que não tenha sido interposto o recurso próprio, afasta a consumação da coisa julgada e, assim, posterga o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória.
- (E) Conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, após o decurso do prazo legal previsto para a interposição do recurso extraordinário, apenas quando esgotadas todas as vias recursais ordinárias.

61. Em relação à execução no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:

- (A) Na execução provisória, ofende direito líquido e certo a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito que a execução se processe da forma menos gravosa.
- (B) Garantida a execução, o executado terá o prazo de 5 dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente, para impugnação à sentença de liquidação.
- (C) Requerida a execução, o juiz determinará a citação do executado, através de oficial de justiça, para que o mesmo cumpra a decisão ou acordo, pagando o valor devido, inclusive as contribuições previdenciárias, no prazo de 48 horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- (D) Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança.
- (E) Carta de fiança bancária não equivale a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis, razão pela qual deve ser rejeitada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do exequente.



62. Em relação à liquidação de sentença no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, desde que requeridos na petição inicial e constantes da condenação.
 - (B) A liquidação pode ser feita por artigos, por cálculos ou por arbitramento.
 - (C) A liquidação abrangerá também o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
 - (D) Na liquidação não se poderá inovar ou modificar a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.
 - (E) A instauração da liquidação por artigos depende da iniciativa do credor, facultando-se ao juiz, no entanto, determinar a sua intimação para que apresente os seus artigos de liquidação.
63. Reconhecendo a importância da forma dos atos processuais para garantir o bom desenvolvimento do processo até que se alcance a sua finalidade, o legislador trabalhista adotou um sistema de nulidades composto de diversas regras, entre as quais destaca-se:
- (A) a instrumentalidade é a técnica da prevalência da forma na prática dos atos processuais sobre o fim dos mesmos; o ato processual deve se ater à observância das formas, sob pena de ser declarado nulo e, conseqüentemente, não atingir sua finalidade.
 - (B) o desrespeito à forma prevista para a prática do ato implica na sua nulidade, podendo o mesmo, no entanto, ser aproveitado caso tenha alcançado sua finalidade.
 - (C) a simples desconformidade do ato processual com a forma estabelecida para sua prática permite ao juiz declarar a nulidade do mesmo, bastando, para tanto, que haja requerimento expresso da parte interessada.
 - (D) a nulidade de um ato processual pode ser alegada pela parte a qualquer tempo, sendo certo, porém, que os atos posteriores que não sejam consequência do ato considerado nulo e que dele não dependam poderão ser aproveitados.
 - (E) a nulidade fundada em incompetência deve ser declarada de ofício, devendo o juiz que se julgar incompetente determinar a remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão.
64. Entre os pressupostos objetivos dos recursos está o preparo que, no processo do trabalho abrange o recolhimento das custas e também do depósito recursal, em relação ao qual é correto afirmar:
- (A) As pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público e a massa falida não estão sujeitos ao recolhimento de depósito recursal.
 - (B) Havendo condenação solidária ou subsidiária de duas ou mais empresas, o depósito recursal feito por uma delas aproveita às demais.
 - (C) O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste implica na necessidade do recolhimento antecipado do depósito recursal, sob pena de deserção.
 - (D) É devido depósito recursal na interposição de recurso de revista na fase executória.
 - (E) O depósito recursal não é devido na interposição de recurso de sentenças meramente declaratórias ou constitutivas, mas é devido nos recursos de sentenças condenatórias.
65. Em relação ao recurso de revista, é correto afirmar:
- (A) É cabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento, desde que a decisão revele ofensa direta e literal de norma da Constituição.
 - (B) O fato de o juízo de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas não impede apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento.
 - (C) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá recurso de revista, salvo na hipótese de violação literal de disposição de lei federal e de ofensa direta e literal de norma da Constituição.
 - (D) Estando a decisão recorrida em consonância com enunciado de Súmula ou de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, poderá o Ministro Relator, indicando-o, negar seguimento ao recurso de revista.
 - (E) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o cabimento de recurso de revista restringe-se às hipóteses de violação direta da Constituição.
66. Analise as proposições abaixo:
- I. Não cabem embargos de declaração interpostos contra decisão de admissibilidade do recurso de revista, não tendo eventual interposição de embargos declaratórios efeito de interromper qualquer prazo recursal.
 - II. Cabem embargos de declaração de sentença ou acórdão em caso de omissão, obscuridade e contradição no julgado.
 - III. Admite-se efeito modificativo da decisão em casos de embargos de declaração opostos por omissão e obscuridade no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
 - IV. É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.
 - V. Em relação aos recursos de revista e de embargos, os embargos de declaração se prestam ao questionamento da matéria, sendo incabíveis em caso de omissão no julgado.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, IV e V.
 - (B) I, II e V.
 - (C) I, III e V.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II, III e IV.



<p>67. Depois de citado, o réu pode apresentar três modalidades de respostas: contestação, exceção e reconvenção. Sobre essas modalidades de resposta do réu no processo do trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) A decisão que acolhe exceção de incompetência territorial tem natureza de interlocutória, razão pela qual é irrecorrível de imediato.</p> <p>(B) Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição, impedimento e incompetência.</p> <p>(C) No processo do trabalho a reconvenção é o meio próprio e específico para o réu pleitear compensação de valores pagos ao autor sob os mesmos títulos.</p> <p>(D) A regra de que compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor, consagra, a um só tempo, o princípio da concentração da defesa e o princípio da eventualidade.</p> <p>(E) Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 48 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.</p>	<p>70. Em relação à execução contra a Fazenda Pública no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) É indevido o sequestro de verbas públicas quando o exequente/requerente não se encontra em primeiro lugar na lista de ordem cronológica para pagamento de precatórios ou quando não demonstrada essa condição.</p> <p>(B) Os créditos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei como de pequeno valor.</p> <p>(C) O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, em sede de precatório, tem competência funcional para declarar a inexigibilidade do título judicial exequendo.</p> <p>(D) O sequestro de verbas públicas para a satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela não se equiparando as situações de não inclusão da despesa no orçamento ou de não pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento.</p> <p>(E) Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa da formação de precatório e aplicação do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, deve ser realizada considerando-se os créditos de cada reclamante.</p>
<p>68. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica.</p> <p>(B) A utilização de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, a comunicação de atos processuais e a transmissão de peças processuais por meio eletrônico constitui faculdade dos jurisdicionados no processo do trabalho.</p> <p>(C) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até às 24 horas do seu último dia.</p> <p>(D) Em caso de peticionamento eletrônico, se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivos técnicos, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.</p> <p>(E) Os acórdãos poderão ser assinados digitalmente, o mesmo não ocorrendo com as sentenças que, após impressas, deverão ser assinadas pelo juiz.</p>	<p style="text-align: center;">BLOCO III</p> <p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>71. Em relação aos princípios fundamentais do processo civil, o</p> <p>(A) da instrumentalidade significa que nenhuma nulidade processual é passível de convalidação, pois o que é nulo não produz efeito algum nos autos.</p> <p>(B) da eventualidade é o que determina ao réu a interposição de reconvenção ou de pedido contraposto.</p> <p>(C) da congruência é o que determina ao autor que só cumule pedidos coerentes entre si.</p> <p>(D) inquisitivo é o que dá às partes a liberdade de instauração e impulso processuais.</p> <p>(E) da demanda é o que determina que nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando requerida pela parte.</p>
<p>69. Quanto aos honorários advocatícios no processo do trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) São requisitos para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho: estar a parte assistida por sindicato da categoria profissional, comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo e comprovar não encontrar-se em situação econômica que lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.</p> <p>(B) É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória.</p> <p>(C) São devidos honorários advocatícios nas lides que não derivem da relação de emprego.</p> <p>(D) São devidos honorários advocatícios sempre que a parte estiver assistida por sindicato da categoria profissional, exceto nas causas em que o sindicato atue como substituto processual.</p> <p>(E) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 20%, não decorre simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.</p>	<p>72. O agravo, no processo civil,</p> <p>(A) na forma retida, independe de preparo.</p> <p>(B) possui duplo efeito, como regra.</p> <p>(C) é dirigido diretamente ao tribunal competente, não cabendo ao agravante qualquer providência perante o juízo recorrido.</p> <p>(D) se interposto pelo meio instrumental, será sempre decidido de modo colegiado.</p> <p>(E) interposto na forma retida, é conhecido automaticamente por ocasião do exame da apelação.</p>



<p>73. O sistema probatório de nosso ordenamento processual civil</p> <p>(A) é valorado pelo critério legal, aferindo-se as provas a partir de uma rigorosa hierarquia.</p> <p>(B) conduz o juiz a proferir sentenças em que prevalece sua livre convicção motivadamente.</p> <p>(C) é denominado sistema tarifado, cada prova possuindo um determinado valor previamente conhecido.</p> <p>(D) não permite ao juiz que determine senão a produção das provas requeridas por iniciativa da parte.</p> <p>(E) só admite a oitiva de testemunhas maiores e capazes, devidamente compromissadas.</p>	<p>77. A revelia</p> <p>(A) não ocorre em face de direitos disponíveis e patrimoniais.</p> <p>(B) permite ao autor alterar o pedido ou a causa de pedir, livremente, haja vista a falta de resistência pelo réu.</p> <p>(C) é relativa, gerando presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor, mas não do direito alegado.</p> <p>(D) impede, uma vez reconhecida, a intervenção posterior do réu no processo.</p> <p>(E) é absoluta e refere-se a fatos em processos de qualquer natureza.</p>
<p>74. É correto afirmar:</p> <p>(A) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.</p> <p>(B) O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é irrestrito a qualquer terceiro que demonstre interesse jurídico.</p> <p>(C) Os atos processuais são públicos, correndo porém em segredo de justiça os referentes a direitos disponíveis patrimoniais.</p> <p>(D) A desistência da ação produz efeito tão logo seja juntada a petição correspondente ao processo.</p> <p>(E) Como regra, os atos e termos processuais dependem de forma determinada e específica.</p>	<p>78. São bens absolutamente impenhoráveis:</p> <p>(A) quaisquer móveis, pertences e utilidades domésticas que guarneçam a residência do executado.</p> <p>(B) o bem de família, em qualquer circunstância.</p> <p>(C) sem limite de valor, os salários, remunerações e vencimentos, bem como a quantia depositada em caderneta de poupança.</p> <p>(D) livros, máquinas, ferramentas, utensílios e veículos.</p> <p>(E) o seguro de vida e os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor.</p>
<p>75. No que diz respeito à formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:</p> <p>(A) No curso da suspensão do processo é defeso praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, no entanto, determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável.</p> <p>(B) O processo civil começa e se desenvolve por iniciativa da parte.</p> <p>(C) Suspende-se o processo quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.</p> <p>(D) Extinguir-se-á o processo, sem resolução de mérito, quando as partes transigirem.</p> <p>(E) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após a citação do réu.</p>	<p>79. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.</p> <p>(B) Verificando o juiz que a inicial não preenche os requisitos legais, deverá determinar ao autor que a emende, ou complete, em dez dias, sob pena de indeferimento.</p> <p>(C) Como regra, o pedido deve ser certo ou determinado, havendo hipóteses porém em que permitido o pedido genérico.</p> <p>(D) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.</p> <p>(E) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.</p>
<p>76. No tocante à competência, é correto afirmar:</p> <p>(A) A incompetência absoluta deve ser arguida por meio de exceção.</p> <p>(B) Declarada a incompetência absoluta, todos os atos processuais serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.</p> <p>(C) A competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes.</p> <p>(D) A incompetência relativa deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.</p> <p>(E) A nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.</p>	<p>80. A coisa julgada</p> <p>(A) denomina-se material quando extinga o processo sem resolução do mérito, porque, nesse caso, a matéria poderá ser reapreciada em nova demanda a ser proposta pelo autor.</p> <p>(B) forma-se pela resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.</p> <p>(C) denomina-se formal quando se decide o mérito da lide, tornando imutável e inquestionável a sentença.</p> <p>(D) é formada a partir dos motivos e da parte dispositiva do julgado.</p> <p>(E) implica que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, em nenhuma hipótese.</p>



Direito Internacional e Comunitário

81. Dentre as Convenções Internacionais da OIT, algumas se destacam e são consideradas fundamentais ou prioritárias. Assinale a alternativa em que há duas delas.

- (A) Convenção nº 100 (sobre salário igual entre homens e mulheres); Convenção nº 103 (sobre amparo à maternidade); Convenção nº 161 (sobre serviços de saúde do trabalho).
- (B) Convenção nº 81 (sobre inspeção no trabalho); Convenção nº 132 (sobre férias remuneradas); Convenção nº 134 (sobre a prevenção de acidentes do trabalho dos marítimos).
- (C) Convenção nº 135 (sobre proteção de representantes dos trabalhadores); Convenção nº 178 (sobre inspeção do trabalho do marítimo); Convenção nº 87 (sobre liberdade sindical).
- (D) Convenção nº 111 (sobre discriminação em matéria de emprego e ocupação); Convenção nº 176 (sobre segurança e saúde nas minas); Convenção nº 182 (sobre as piores formas de trabalho infantil).
- (E) Convenção nº 29 (sobre a abolição de trabalho forçado); Convenção nº 171 (sobre trabalho noturno); Convenção nº 169 (sobre povos indígenas).

82. Em matéria de Tratados Internacionais, é correto afirmar:

- I. É um acordo internacional celebrado entre Estados, por escrito e regido pelo Direito Internacional.
- II. Todos os Tratados assinados e ratificados pelo Brasil entram na legislação interna como Lei Ordinária Federal.
- III. O instrumento de aprovação dos Tratados Internacionais pelo Congresso Nacional é o Decreto de Promulgação.
- IV. Compete exclusivamente ao Congresso Nacional resolver em definitivo, sobre Tratados Internacionais que acarretem compromisso gravoso ao patrimônio nacional.
- V. O Tratado, no Brasil, não se posiciona hierarquicamente superior à Constituição Federal, cabendo ao STJ – Superior Tribunal de Justiça, julgar em recurso especial as causas decididas pelos Tribunais Regionais Federais, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que em única ou última instância contrariem o Tratado.

Estão corretas as assertivas

- (A) III, IV e V.
 (B) I, II e III.
 (C) I, III e V.
 (D) I, IV e V.
 (E) II, IV e V.

83. Em matéria de trabalho no exterior, analise as assertivas abaixo.

- I. A jurisprudência sumulada do TST considera como certa a aplicação da lei do local da execução.
- II. A Convenção de Havana (Código de Bustamante), adotada pelo Brasil, considera aplicável a lei do local de execução, isto é, do território.
- III. As Leis específicas que dispõem sobre trabalhadores contratados no Brasil e transferidos para trabalho no exterior, consideram a autonomia da vontade, para aplicação do Direito.
- IV. A jurisprudência sumulada do TST está de acordo com a Convenção de Havana (Código de Bustamante) e com as leis específicas que dispõem sobre trabalhadores contratados no Brasil e transferidos para o Exterior.
- V. Aplica-se ao trabalhador contratado no Brasil e transferido para o exterior sempre a legislação territorial, isto é, do local da contratação.

Estão corretas as assertivas

- (A) IV e V.
 (B) I e II.
 (C) I e III.
 (D) II e III.
 (E) II e V.

84. Em relação ao Mercosul, considere as seguintes assertivas:

- I. Trata-se de bloco regional que reúne as democracias da América Latina, a saber: Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela.
- II. A exemplo da Comunidade Europeia, o Mercosul tem por objetivo ser uma unidade econômica e monetária.
- III. O Protocolo de Olivos estabelece mecanismos de solução de litígios entre os Estados-partes, dentre eles um procedimento arbitral *ad hoc*, com composição de um Tribunal composto de 3 (três) árbitros.
- IV. O Protocolo de Ouro Preto estabelece que o Mercosul tem personalidade jurídica de Direito Internacional.
- V. A estrutura institucional do Mercosul tem os seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum; Grupo do Mercado Comum; Comissão de Comércio do Mercosul; Foro Consultivo Econômico-Social e Secretaria Administrativa do Mercosul.

Estão corretas as assertivas

- (A) III, IV e V.
 (B) I, II e III.
 (C) I, II e V.
 (D) I, IV e V.
 (E) II, III e IV.

85. A OIT – Organização Internacional do Trabalho, ao produzir suas Convenções Internacionais dá a elas uma classificação peculiar. A classificação correta é:

- (A) tripartites, promocionais, prioritárias.
 (B) autoaplicável, tripartite, promocionais.
 (C) promocionais, fundamentais, prioritárias.
 (D) de princípios, tripartites, fundamentais.
 (E) promocionais, autoaplicáveis, de princípios.

**Direito Previdenciário**

86. Para fazer frente a aumento inercial de despesas públicas com benefícios de prestação continuada pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sem que se trate de gastos oriundos de novos benefícios criados por lei, à União
- (A) restará diminuir por lei o valor dos benefícios pagos pelo INSS, após negociação coletiva entre Governo e centrais sindicais, confederações, federações ou sindicatos de aposentados, ante a dupla impossibilidade constitucional, quer de aumento de contribuições previstas em lei à falta de novos benefícios, quer de responsabilização subsidiária por despesas de autarquia.
 - (B) caberá editar lei complementar instituindo nova contribuição ou aumentando as hoje em dia existentes, pois se está diante da necessidade de expansão de receitas oriundas de contribuições de seguridade social.
 - (C) caberá editar lei ordinária, caso a opção política para o aumento das receitas recaia exclusivamente sobre a elevação das alíquotas aplicáveis à contribuição incidente sobre a folha de pagamentos das empresas.
 - (D) caberá editar lei complementar instituindo empréstimo compulsório, pois se está diante de obrigatório investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional para a economia do país.
 - (E) restará responsabilizar-se pela cobertura das insuficiências financeiras, porque somente despesas oriundas de novos benefícios autorizariam a edição de lei aumentando contribuições de seguridade social, quer as já existentes, quer as novas, diante do caráter bicondicional da regra da contrapartida.
87. Está(ão) entre os princípios da seguridade social:
- (A) o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com necessária participação de trabalhadores, empregadores, aposentados e Governo em órgãos públicos colegiados e de execução direta das prestações.
 - (B) a irredutibilidade do valor dos benefícios, restrita ao aspecto nominal.
 - (C) a uniformidade e equivalência dos benefícios, à exceção dos oferecidos à população rural.
 - (D) a seletividade e contributividade na prestação dos benefícios e serviços.
 - (E) a universalidade da proteção, quanto aos eventos sociais cobertos e ao atendimento da população.
88. Um dos objetivos constitucionais da assistência social consiste em garantir benefício mensal no valor de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso que não possuam meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, nos termos definidos em lei. Para este efeito, entende-se por família a unidade composta, além do requerente ao benefício, por cônjuge ou companheiro e ainda
- (A) pais, irmãos solteiros, filhos e enteados solteiros, ainda que não vivam sob o mesmo teto.
 - (B) pais e, na ausência de um deles, madrasta ou padrasto, irmãos solteiros, filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
 - (C) pais, irmãos solteiros ou não, filhos e enteados solteiros ou não, desde que vivam sob o mesmo teto.
 - (D) pais, tios solteiros, irmãos solteiros, filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.
 - (E) avós, pais, irmãos solteiros ou não, filhos e enteados solteiros ou não, desde que vivam sob o mesmo teto.
89. Servidor público titular de cargo de provimento efetivo em autarquia municipal filia-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS
- (A) obrigatoriamente, durante o período em que durar a licença do cargo efetivo obtida para exercer mandato eletivo no município, ainda que originalmente vinculado a regime próprio de previdência.
 - (B) facultativamente, se quiser complementar sua renda de aposentadoria, desde que seja maior de 16 anos de idade e efetue as correspondentes contribuições.
 - (C) obrigatoriamente, caso vinculado a regime próprio de previdência e, concomitantemente, exerça emprego lícito na iniciativa privada, independentemente de seus vencimentos públicos ultrapassarem o valor-teto do RGPS.
 - (D) facultativamente, caso vinculado a regime próprio de previdência e, concomitantemente, exerça emprego lícito na iniciativa privada, se seus vencimentos públicos já ultrapassarem o valor-teto do RGPS.
 - (E) obrigatoriamente, desde que o município para o qual trabalhe tenha instituído regime de previdência complementar para os respectivos servidores efetivos.
90. A utilização dos recursos provenientes da contribuição social da empresa, incidente sobre a folha de pagamentos, e dos trabalhadores e demais segurados da previdência social é
- (A) permitida, exclusivamente, para a realização de despesas com benefícios previdenciários, quer do Regime Geral de Previdência Social, quer de regimes próprios de servidores públicos federais, municipais ou estaduais.
 - (B) permitida, exclusivamente, para a realização de despesas com o pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
 - (C) permitida para realização de despesas decorrentes de transferências de rendas compreendidas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e no bolsa-família.
 - (D) permitida para a realização de despesas com o Sistema Único de Saúde (SUS), consistentes na distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes.
 - (E) permitida, excepcionalmente, para quaisquer despesas da União, ante a desvinculação constitucional de 50% de suas receitas, oriundas de seus impostos ou contribuições, de quaisquer órgãos, fundos ou despesas, até 31 de dezembro de 2011.
91. O acréscimo de 6, 9 ou 12% na alíquota da contribuição da empresa incidente sobre a folha de pagamentos
- (A) incide exclusivamente sobre a remuneração dos segurados empregados e trabalhadores avulsos sujeitos às condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
 - (B) varia conforme o grau de risco de acidente do trabalho na atividade preponderante da empresa.
 - (C) varia conforme o grau de exposição dos empregados e avulsos a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, podendo ser alterado em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, aferido pelo Fator Acidentário de Prevenção – FAP.
 - (D) incide sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços.
 - (E) incide sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços.



<p>92. Para efeito de carência, considera-se presumido o recolhimento das contribuições do(s) segurado(s):</p> <p>(A) empregado, trabalhador avulso e produtor rural pessoa física.</p> <p>(B) empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.</p> <p>(C) empregado, trabalhador avulso e, relativamente ao contribuinte individual que presta serviços a pessoa jurídica, hoje em dia, as contribuições dele descontadas pela empresa.</p> <p>(D) obrigatório, a partir do recolhimento da primeira contribuição sem atraso.</p> <p>(E) empregado e trabalhador avulso, quando desempregados involuntariamente.</p>	<p>95. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, quando, após a consolidação das lesões, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam os segurados:</p> <p>(A) especial, avulso e empregado, inclusive o doméstico, nos casos de acidente do trabalho ou de doenças constantes de lista interministerial, elaborada com base nos critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade.</p> <p>(B) especial, autônomo e empregado, exceto o doméstico, nos casos de acidente do trabalho ou de doenças constantes de lista interministerial, elaborada com base nos critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade.</p> <p>(C) obrigatório ou facultativo, nos casos de acidente do trabalho ou de doenças constantes de lista interministerial, elaborada com base nos critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade.</p> <p>(D) contribuinte individual, avulso e empregado, inclusive o doméstico, nos casos de acidente do trabalho ou de qualquer natureza ou causa.</p> <p>(E) especial, avulso e empregado, exceto o doméstico, nos casos de acidente do trabalho ou de qualquer natureza ou causa.</p>
<p>93. Segundo a regra permanente, segurada urbana que deixou de exercer qualquer tipo de atividade laborativa por mais de 4 (quatro) anos seguidos, nem verteu qualquer contribuição facultativa, perdendo o vínculo com a previdência social, mas que depois voltou a trabalhar como empregada na cidade, filiando-se, assim, novamente ao sistema, pode aposentar-se por</p> <p>(A) idade, desde que reúna 55 anos de idade e 180 contribuições, sendo que pelo menos 60 dessas contribuições deverão ter sido vertidas na nova filiação à previdência social.</p> <p>(B) tempo de contribuição, desde que reúna 35 anos de atividade, independentemente do preenchimento de qualquer tipo de carência, ante a natureza do benefício em questão.</p> <p>(C) tempo de contribuição, desde que reúna 30 anos de atividade, independentemente do preenchimento de qualquer tipo de carência, ante a natureza do benefício em questão.</p> <p>(D) idade, desde que reúna 60 anos de idade e 180 contribuições, sendo que pelo menos 60 dessas contribuições deverão ter sido vertidas na nova filiação à previdência social.</p> <p>(E) idade, desde que reúna 60 anos de idade e 180 contribuições na data de requerimento do benefício, vertidas antes ou depois da perda da qualidade de segurado.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Empresarial</p> <p>96. A aplicação da doutrina da desconsideração da personalidade jurídica implica</p> <p>(A) excluir os bens da pessoa jurídica de constrição judicial, para atingir o patrimônio de seus sócios ou administradores, quando eles agirem com abuso ou excesso de poderes.</p> <p>(B) a dissolução e liquidação da sociedade para pagamento de seus débitos, e, não sendo suficientes os seus bens, atingir o patrimônio de seus sócios ou administradores.</p> <p>(C) estender aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, quando verificado o abuso da personalidade jurídica, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações.</p> <p>(D) a imposição de responsabilidade solidária aos sócios ou administradores da pessoa jurídica, por suas dívidas, quando o patrimônio desta for insuficiente para atender a todos os credores.</p> <p>(E) estender aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica os efeitos das obrigações decorrentes dos contratos por eles firmados na condições de representantes da pessoa jurídica.</p>
<p>94. Aplica-se o fator previdenciário ao cálculo do(s) seguinte(s) benefício(s) do Regime Geral de Previdência Social – RGPS:</p> <p>(A) necessariamente, à aposentadoria por tempo de contribuição e, caso mais vantajosa ao segurado, também à aposentadoria por idade.</p> <p>(B) exclusiva e necessariamente, à aposentadoria por tempo de contribuição.</p> <p>(C) necessariamente, às aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial.</p> <p>(D) necessariamente, às aposentadorias por idade e tempo de contribuição.</p> <p>(E) necessariamente, à aposentadoria por idade e, caso mais vantajosa ao segurado, também à aposentadoria especial.</p>	<p>97. Na falência e na recuperação judicial</p> <p>(A) os créditos com garantia real até o limite do bem gravado e as dívidas tributárias preferem aos créditos derivados da legislação do trabalho de qualquer valor.</p> <p>(B) compete ao juiz perante o qual se processam apurar o valor de todos os créditos, para fins de inclusão na classe própria.</p> <p>(C) o magistrado da Justiça do Trabalho não poderá determinar reserva de qualquer importância, ainda que lhe tenha sido possível estimar o valor devido, para ulterior inclusão na classe própria.</p> <p>(D) é permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista serão processadas perante a Justiça do Trabalho até a apuração do respectivo crédito.</p> <p>(E) não se submetem a seus efeitos os créditos trabalhistas de valor superior a cento e cinquenta salários mínimos.</p>



98. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- (A) Em relação aos produtos e serviços, o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.
- (B) O fornecedor de serviços ou produtos responde subjetivamente pelos vícios de qualidade respectivos, desde que demonstrada sua culpa sobre eles.
- (C) Se o dano for causado por peça ou componente incorporados ao produto ou serviço, serão responsáveis subsidiários seu fabricante, construtor ou importador.
- (D) O fornecedor só pode exonerar-se de sua responsabilidade contratual pela garantia legal de adequação do produto ou serviço se houver termo expresso a respeito.
- (E) O fornecedor de produtos e serviços é responsável pelos vícios de qualidade respectivos, a não ser que demonstre sua ignorância em relação a eles.

99. A invenção e o modelo de utilidade

- (A) somente poderão ter a titularidade atribuída ao empregado, se obtida a anuência do empregador, quando, embora desvinculados do contrato de trabalho, decorrerem da utilização das instalações ou equipamentos do empregador.
- (B) pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrerem de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte esta da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado.
- (C) não poderão ter a patente requerida em nome próprio pelo empregado, ainda que o contrário disponha o contrato de trabalho, uma vez que ela integra o patrimônio material da empresa.
- (D) pertencerão exclusivamente ao empregado, ainda que vinculados ao contrato de trabalho, se concorrer com recursos, meios, dados ou materiais próprios.
- (E) são de titularidade dos empregados que tiverem concorrido com meios e dados, ainda que utilizadas as instalações do empregador, distribuindo-se o resultado econômico entre todos os empregados envolvidos, sempre em partes proporcionais à contribuição de cada um.

100. É correto afirmar que

- (A) o incapaz não poderá, de nenhum modo, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança.
- (B) os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade serão arquivados e averbados no Registro Civil e no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (C) é preciso outorga conjugal para que o empresário casado possa, independente do regime de bens, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-lo de ônus real.
- (D) é facultado aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, qualquer que seja o regime de bens adotado.
- (E) a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Juiz do Trabalho Substituto**Relação dos gabaritos****P. Objetiva Seletiva****Cargo ou opção A01 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO****Tipo gabarito 1**

001 - C	011 - B	021 - E	031 - E	041 - A	051 - B	061 - B	071 - E	081 - C	091 - B
002 - A	012 - B	022 - A	032 - B	042 - B	052 - E	062 - A	072 - D	082 - C	092 - D
003 - E	013 - E	023 - B	033 - D	043 - D	053 - A	063 - E	073 - E	083 - E	093 - E
004 - C	014 - B	024 - T	034 - D	044 - E	054 - B	064 - E	074 - E	084 - D	094 - B
005 - C	015 - A	025 - A	035 - E	045 - C	055 - A	065 - C	075 - D	085 - A	095 - C
006 - B	016 - E	026 - E	036 - C	046 - B	056 - C	066 - A	076 - A	086 - D	096 - C
007 - D	017 - E	027 - A	037 - C	047 - E	057 - D	067 - D	077 - D	087 - A	097 - B
008 - C	018 - D	028 - D	038 - A	048 - A	058 - E	068 - B	078 - C	088 - B	098 - A
009 - A	019 - B	029 - C	039 - C	049 - C	059 - C	069 - C	079 - A	089 - A	099 - A
010 - D	020 - D	030 - T	040 - D	050 - D	060 - D	070 - T	080 - B	090 - E	100 - E

T = Questão atribuída a todos os candidatos

P. Objetiva Seletiva**Cargo ou opção A01 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO****Tipo gabarito 2**

001 - D	011 - C	021 - A	031 - A	041 - B	051 - C	061 - C	071 - A	081 - D	091 - C
002 - B	012 - C	022 - B	032 - C	042 - C	052 - A	062 - B	072 - E	082 - D	092 - E
003 - A	013 - A	023 - C	033 - E	043 - E	053 - B	063 - A	073 - A	083 - A	093 - A
004 - D	014 - C	024 - T	034 - E	044 - A	054 - C	064 - A	074 - A	084 - E	094 - C
005 - D	015 - B	025 - B	035 - A	045 - D	055 - B	065 - D	075 - E	085 - B	095 - D
006 - C	016 - A	026 - A	036 - D	046 - C	056 - D	066 - B	076 - B	086 - E	096 - D
007 - E	017 - A	027 - B	037 - D	047 - A	057 - E	067 - E	077 - E	087 - B	097 - C
008 - D	018 - E	028 - E	038 - B	048 - B	058 - A	068 - C	078 - D	088 - C	098 - B
009 - B	019 - C	029 - D	039 - D	049 - D	059 - D	069 - D	079 - B	089 - B	099 - B
010 - E	020 - E	030 - T	040 - E	050 - E	060 - E	070 - T	080 - C	090 - A	100 - A

T = Questão atribuída a todos os candidatos

P. Objetiva Seletiva**Cargo ou opção A01 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO****Tipo gabarito 3**

001 - B	011 - E	021 - C	031 - B	041 - C	051 - D	061 - E	071 - E	081 - D	091 - A
002 - D	012 - C	022 - A	032 - A	042 - B	052 - B	062 - A	072 - A	082 - D	092 - C
003 - D	013 - C	023 - B	033 - C	043 - D	053 - A	063 - B	073 - B	083 - B	093 - E
004 - A	014 - A	024 - B	034 - E	044 - E	054 - B	064 - A	074 - A	084 - A	094 - A
005 - D	015 - C	025 - T	035 - E	045 - A	055 - C	065 - B	075 - A	085 - E	095 - E
006 - D	016 - A	026 - B	036 - B	046 - B	056 - A	066 - D	076 - E	086 - C	096 - C
007 - C	017 - A	027 - A	037 - D	047 - C	057 - D	067 - D	077 - C	087 - E	097 - D
008 - E	018 - E	028 - T	038 - D	048 - A	058 - E	068 - E	078 - E	088 - B	098 - A
009 - C	019 - E	029 - E	039 - E	049 - E	059 - C	069 - C	079 - D	089 - C	099 - B
010 - B	020 - C	030 - D	040 - D	050 - D	060 - D	070 - T	080 - B	090 - B	100 - B

T = Questão atribuída a todos os candidatos

P. Objetiva Seletiva**Cargo ou opção A01 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO****Tipo gabarito 4**

001 - C	011 - A	021 - D	031 - C	041 - D	051 - E	061 - A	071 - A	081 - E	091 - B
002 - E	012 - D	022 - B	032 - B	042 - C	052 - C	062 - B	072 - B	082 - E	092 - D
003 - E	013 - D	023 - C	033 - D	043 - E	053 - B	063 - C	073 - C	083 - C	093 - A
004 - B	014 - B	024 - C	034 - A	044 - A	054 - C	064 - B	074 - B	084 - B	094 - B
005 - E	015 - D	025 - T	035 - A	045 - B	055 - D	065 - C	075 - B	085 - A	095 - A
006 - E	016 - B	026 - C	036 - C	046 - C	056 - B	066 - E	076 - A	086 - D	096 - D
007 - D	017 - B	027 - B	037 - E	047 - D	057 - E	067 - E	077 - D	087 - A	097 - E
008 - A	018 - A	028 - T	038 - E	048 - B	058 - A	068 - A	078 - A	088 - C	098 - B
009 - D	019 - A	029 - A	039 - A	049 - A	059 - D	069 - D	079 - E	089 - D	099 - C
010 - C	020 - D	030 - E	040 - E	050 - E	060 - E	070 - T	080 - C	090 - C	100 - C

T = Questão atribuída a todos os candidatos

P. Objetiva Seletiva**Cargo ou opção A01 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO****Tipo gabarito 5**

001 - E	011 - C	021 - C	031 - D	041 - C	051 - A	061 - E	071 - B	081 - E	091 - C
002 - C	012 - B	022 - D	032 - A	042 - D	052 - B	062 - B	072 - A	082 - E	092 - B
003 - E	013 - D	023 - B	033 - B	043 - B	053 - C	063 - B	073 - A	083 - A	093 - D
004 - E	014 - D	024 - T	034 - D	044 - E	054 - D	064 - C	074 - C	084 - C	094 - A
005 - B	015 - E	025 - C	035 - A	045 - A	055 - C	065 - E	075 - B	085 - B	095 - B
006 - A	016 - B	026 - B	036 - E	046 - B	056 - A	066 - C	076 - B	086 - C	096 - E
007 - E	017 - B	027 - C	037 - C	047 - C	057 - B	067 - D	077 - C	087 - D	097 - D
008 - D	018 - D	028 - E	038 - E	048 - D	058 - E	068 - E	078 - D	088 - A	098 - C
009 - A	019 - A	029 - T	039 - E	049 - E	059 - A	069 - A	079 - A	089 - B	099 - B
010 - D	020 - A	030 - A	040 - A	050 - A	060 - D	070 - T	080 - E	090 - D	100 - C

T = Questão atribuída a todos os candidatos